

APRESENTAÇÃO

O projeto “Estudo avaliativo sobre o impacto das medidas aplicadas a pessoas agressoras” (IMAPA), encontra-se em desenvolvimento no Centro de Estudos Sociais, através do seu Observatório Permanente da Justiça, e em parceria com o Norwegian Centre for Violence and Traumatic Stress Studies, o Conselho Superior da Magistratura, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Polícia de Segurança Pública e a Procuradoria-Geral da República. É um projeto financiado pelos EEA Grants 2014-2021 – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, que tem como operador a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

O projeto IMAPA visa produzir conhecimento sobre três dimensões essenciais do combate à violência doméstica e à violência de género que têm sido diagnosticadas como carentes de reflexão e debate no ambiente sociojurídico português.

Em primeiro lugar, procura conhecer os instrumentos existentes para a resposta imediata à violência e as medidas cautelares de polícia ou as medidas de coação aplicadas a pessoas agressoras, refletindo sobre a sua aplicação prática. Neste contexto, o diálogo entre a realidade portuguesa e a experiência de outros países europeus é especialmente relevante, procurando-se debater o reforço da aplicação eficiente dos instrumentos existentes e a possibilidade de adoção de novas soluções.

Em segundo lugar, o projeto IMAPA olha para o impacto das medidas ou penas aplicadas às pessoas agressoras, seja, no primeiro caso, na sequência da aplicação da suspensão provisória do processo, seja, no segundo caso, na sequência de uma condenação em processo penal. Esta segunda dimensão do projeto de investigação abarcará um momento de compreensão sobre as valências existentes e efetivamente utilizadas no suporte à tomada de decisão por parte da autoridade judiciária, bem como a análise do acompanhamento realizado durante a aplicação da medida ou da pena aplicada à pessoa agressora.

Por último, a terceira dimensão analisada prende-se com a articulação entre o processo crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais, quando haja crianças envolvidas, dando-se um particular enfoque à aquisição de conhecimento relativamente à aplicação prática das alterações introduzidas pela Lei n.º 24/2017, de 24 de maio.

Com o intuito de lançar o debate sobre estas dimensões específicas, realizaram-se, em ambiente virtual, três workshops de experiência comparada, internacionais e multidisciplinares. No dia 1 de junho de 2021, realizou-se o primeiro workshop sobre a resposta imediata à violência e as ordens de restrição de emergência, que contou com a presença, como oradores, de Solveig Bergman (Norwegian Centre on Violence and Traumatic Stress Studies, Noruega), Susanne Strand (School of Law, Psychology and Social Work - Örebro University, Suécia), Aránzazu Juan-Aracil Elejabeitia (Asociación de Mujeres Juristas Themis, Espanha), Miguel Ângelo Carmo (Procuradoria-Geral da República, Portugal) e Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote (Polícia de Segurança Pública, Portugal).

O segundo workshop ocorreu no dia 23 de junho de 2021, e debruçou-se sobre as medidas aplicadas a pessoas agressoras no contexto da violência doméstica ou violência contra mulheres e o seu impacto. Teve, como oradores, Berta Vall (European Network for Work with Perpetrators, Espanha), Claudia Pecorella (Università degli Studi di Milano – Bicocca, Itália), Jose Pina-Sánchez (University of Leeds, Reino Unido), Sofia Wengorovius (Juíza de Direito, Portugal) e Jorge Monteiro (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Portugal).

O último workshop de experiência comparada, que se dedicou à articulação entre os processos crime por violência doméstica e os processos de regulação das responsabilidades parentais, decorreu no dia 29 de junho de 2021, e teve os seguintes oradores: Lydia Sandrock (European Network for Work with Perpetrators, Alemanha), Jane Callaghan (University of Stirling, Reino Unido), Catarina Escudeiro (Juíza de Direito, Portugal) e Rui Faria Amorim (Magistrado do Ministério Público, Portugal).

O projeto IMAPA culminará com a publicação de um estudo sobre a eficácia das medidas de coação, medidas e de penas aplicadas em contexto de violência doméstica e de violência contra as mulheres, com recomendações baseadas na investigação empírica e na análise comparada de outros ordenamentos jurídicos da UE sobre a eficácia daquelas em contexto de violência doméstica e de violência contra as mulheres.

Nesta primeira newsletter, damos a conhecer a intervenção de Miguel Ângelo Carmo, assessor do Gabinete da Procuradora-Geral da República, no workshop realizado a 1 de junho de 2021.